



Fotos de Geraldo Magela

Senadores debatem a crise dos municípios

Redução de recursos do Fundo de Participação será discutida em audiência com representantes dos prefeitos e da Receita

A Comissão de Assuntos Econômicos promove audiência pública hoje, às 11h, para discutir o impacto da isenção do IPI sobre os carros no Fundo de Participação dos Municípios. Estudo realizado pela Confederação Nacional de Municípios estima em R\$ 8,1 bilhões a perda das prefeituras em decorrência da crise econômica. No Plenário, o senador Garibaldi Alves defendeu um novo pacto que distribua melhor os recursos entre os entes federados. **6**



Garibaldi cobra solução urgente do governo federal para os municípios em crise

Plenário vai analisar MP que perdoa dívidas com a União

O primeiro item da pauta da sessão deliberativa de hoje é um projeto de conversão relativo à medida provisória que estabelece novas regras de parcelamento de débitos de tributos federais. O prazo máximo para pagamento desses débitos foi fixado em 180 meses.

O texto aprovado pela Câmara e submetido ao Senado perdoa os débitos de pessoas físicas e jurídicas no valor de até R\$ 10 mil, vencidos cinco anos antes de 31 de dezembro de 2007. O projeto tem preferência de votação sobre as demais matérias da pauta. **3**

CCJ: proposta amplia acesso ao FGTS para compra de moradia

Os fundos de pensão poderão passar a utilizar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço para pagamento de financiamento habitacional, segundo projeto de Paulo Paim que a CCJ deve votar hoje. **4 e 5**

Projeto obriga plano de saúde a priorizar ações preventivas

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa poderá votar amanhã projeto que define práticas preventivas e normas para atendimento médico de crianças e adolescentes no âmbito dos planos de seguros privados de saúde. O objetivo é priorizar o atendimento preventivo. **4**

PSDB poderá requerer CPI para investigar Petrobras, anuncia Alvaro

Onda de denúncias contra estatal vem de algum tempo, segundo senador, mas foi impulsionada por episódio que ganhou destaque com a Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal: suposto superfaturamento na construção da refinaria da Petrobras em Pernambuco. **8**

Cristovam: quem vive fora deve ter representante

Cristovam Buarque contestou ontem críticas da imprensa à proposta, de sua autoria, que prevê a representação, na Câmara dos Deputados, dos brasileiros que vivem no exterior. O projeto foi aprovado pelos senadores em primeiro turno. O senador lembrou que "3,5 milhões de brasileiros trabalham duro em outros países e enviam ao Brasil 6 bilhões de dólares por ano". **8**



Cristovam (D) lembra que vários países instituíram a representação de seus trabalhadores que vivem no exterior

As ZPEs são apontadas como instrumento importante para combater a crise econômica



Fotos de Gerardo Magaña

Sarney relatou projeto sobre regime tributário das ZPEs

Regulamento pode acelerar novas zonas de exportação

O PRESIDENTE LUIZ Inácio Lula da Silva assinou ontem à tarde, em reunião da Sudene, em Montes Claros (MG), decreto regulamentando a Lei 11.508/07, que disciplina o regime tributário, cambial e administrativo das zonas de processamento de exportação (ZPEs). Desde que visitou a China, em 1988, o presidente do Senado, José Sarney, defende as ZPEs como instrumentos altamente capazes de impulsionar a economia brasileira.

As ZPEs são distritos industriais cujas empresas são beneficiadas com a suspensão de impostos para exportar pelo menos 80% de sua produção. Os benefícios são garantidos por 20 anos e, no caso de indústria de grande porte, podem ser prorrogados por igual período. A expectativa dos defensores do modelo é que a regulamentação da lei estimule as empresas interessadas em se instalar nessas áreas a encaminhar projetos ao Conselho Nacional das ZPEs, presidido pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge.

Com o decreto assinado ontem, o conselho – formado pelos ministros do Desenvolvimento, Fazenda, Planejamento, Meio Ambiente, Desenvolvimento Regional e Casa Civil – passa a ter condições de aprovar novos pedidos de criação dessas áreas industriais, que podem ser apresentados por estados ou municípios. O conselho também estará em condições de deliberar sobre solicitações de realocação de ZPEs já criadas pelos então presidentes da República José Sarney (1985 a 1990) e Itamar Franco (1992 a 1995).

Crise

Recebido há uma semana pelo presidente do Senado, o ministro Miguel Jorge falou do apreço de Sarney pelas ZPEs e da importância dessa iniciativa para acelerar a economia nacional na atual conjuntura resultante da crise financeira.

– Nesse encontro falamos especialmente das ZPEs, pelas quais o presidente Sarney tem um carinho especial, porque o projeto é dele. Daremos início à aprovação das ZPEs tão logo o presidente Lula assine a regulamentação. A ideia básica é ter uma zona especial em que você se instale, não tenha impostos, os custos sejam menores. Você pode, por exemplo, transferir uma fábrica inteira de um lugar, instalá-la numa ZPE, e produzir 80% do que você fabricar para exportação, com as vantagens comparativas que zonas desse tipo têm no mundo todo. Não é um processo novo e praticamente todos os países do mundo têm ZPE funcionando hoje e com muito sucesso – explicou o ministro.

De acordo com Miguel Jorge, a instalação de cada zona de exportação será feita mediante a publicação de decreto presidencial. A expectativa dele é a de que sejam criadas entre 25 e 30 ZPEs em todas as regiões do país. Já existem 17 pedidos de estados e municípios para criação de ZPEs.

Em junho do ano passado, tendo como relator-revisor o senador José Sarney (PMDB-AP), o Plenário aprovou o Projeto de Lei de Conversão 15/08, disciplinando o regime tributário das zonas de exportação. O decreto de regulamentação assinado ontem, na reunião da Sudene, era o passo que faltava para tirar as ZPEs do papel.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Em pauta, perdão de débito com a Receita

Às 14h a sessão é deliberativa. O primeiro item da pauta de votações é o projeto de lei de conversão proveniente da Medida Provisória 449/08, que permite a remissão de débitos tributários de pessoas físicas e jurídicas no valor de até R\$ 10 mil, vencidos há pelo menos cinco anos.

Sarney preside a ordem do dia

O presidente do Senado Federal, José Sarney, preside, às 16h, a ordem do dia.

Cesta Básica do Livro será votada por comissão

A Comissão de Educação (CE) se reúne, às 11h, para votar 15 itens. O primeiro item trata da criação, no Ministério da Educação, do programa Cesta Básica do Livro, para garantir acervo mínimo de livros às famílias de estudantes do ensino público fundamental e médio. Ainda na pauta, proposta que dispõe sobre educação integral ou parcial para crianças até seis anos de idade (Lei 9.394/96).

Indicações para embaixadas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne, às 9h30, para a votação de duas mensagens com indicações de embaixadores: Orlando Galvêas Oliveira, para a Embaixada do Brasil na República de Camarões; e Francisco Carlos Soares Luz, para o mesmo cargo na República Unida da Tanzânia.

CPI das ONGs examina novas audiências

A Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs se reúne às 10h. O colegiado deverá votar requerimentos de audiências e tomadas de novos depoimentos.

CCJ analisa agravante para crime contra policial

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne, às 11h, para votar 22 itens, sendo 11 deles requerimentos. A primeira proposta em pauta altera o Código Penal, para incluir circunstância agravante genérica nos casos de crimes praticados contra policiais, membros do Ministério Público ou magistrados no exercício de suas funções ou em razão delas.

Interlegis e Mudanças Climáticas

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas recebe, às 14h30, o diretor de Planejamento e Fomento da Secretaria Especial do Interlegis, José Dantas Filho, que falará sobre recursos que podem ser usados pelo colegiado para auxiliar seus trabalhos.

Crise dos municípios é tema de audiência pública na CAE

A CAE realiza, às 10h, audiência para debater a diminuição dos recursos do FPM e seus efeitos na administração municipal, bem como a MP 457/09, que trata do parcelamento de débitos

de responsabilidade dos municípios decorrentes de contribuições sociais e seu impacto na Previdência Social. Participam da audiência a secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira; a deputada

Rose de Freitas, relatora da MP; e os presidentes da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, e da Frente Nacional de Prefeitos, João Paulo Lima e Silva.

Mathias de Souza assume vice-reitoria da Unilegis

Às 10h30, no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis, acontece a solenidade de posse do professor Carlos Fernando Mathias de Souza no cargo de vice-reitor acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis).

Comissões recebem carta contra mudanças ambientais

As comissões de Educação (CE) e de Meio Ambiente (CMA) recebem, às 14h30, a Carta das Responsabilidades para Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais, resultado da 3ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Foram convidados o presidente do Senado, José Sarney, e os deputados Roberto Rocha, Maria do Rosário e Sarney Filho.

Antecipação de crédito para a safra

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza, às 9h30, audiência para discutir a antecipação de crédito para o Plano Safra. Estão convidados o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e representantes do Banco do Brasil, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e do Ministério da Fazenda.

Regimento Interno

A Comissão Temporária Interna criada com a finalidade de apresentar projeto para reforma do Regimento Interno do Senado se reúne às 14h.

Devolução de embalagens vazias de produto veterinário

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se, às 11h30, para votar 11 itens. Entre os itens da pauta, o projeto que trata de medidas para a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário.



Marina: jovens farão caminhada hoje e entregarão carta a Lula

Marina destaca ação juvenil pelo meio ambiente

A senadora Marina Silva (PT-AC) informou ao Plenário que centenas de jovens participarão hoje de uma caminhada pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília, sendo recebidos depois pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Eles entregarão ao chefe de governo uma “carta de compromissos” com o planeta, sem apresentar reivindicações ao governo.

Os jovens são participantes da 3ª Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente, que começou no sábado, na cidade de Luziânia (GO), distante 40 quilômetros de Brasília. A senadora enalteceu a decisão do grupo de dizer o que farão pelo meio ambiente e lamentou que, mesmo tendo poder e ferramentas, poucas pessoas se comprometem com as causas ambientais.

Marina Silva lembrou que a 1ª Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente foi idealizada à época em que ocupava o cargo de ministra do Meio Ambiente. O Ministério da Educação passou então a realizar as conferências, com o apoio daquela pasta. A senadora explicou que o encontro final é precedido de debates e discussões sobre o assunto em escolas de mais de 4 mil municípios. Nesses seis anos, as conferências envolveram cerca de 11 milhões de crianças e jovens.

Prêmio Sofia

Em aparte, o senador João Pedro (PT-AM) cumprimentou a senadora por ter recebido o Prêmio Sofia, entregue pela Fundação Sofia, da Noruega, por sua luta em defesa da Floresta Amazônica.

Marina Silva disse que o prêmio é um reconhecimento aos programas que ela e sua equipe implantaram durante sua gestão no Ministério do Meio Ambiente. Citou, entre os programas, a criação de 24 milhões de hectares de unidades de conservação, o combate ao desmatamento e às queimadas, o incentivo à exploração sustentável da floresta, o Plano Nacional de Recursos Hídricos e a criação do Serviço Florestal Brasileiro.

Eduardo Suplicy (PT-SP), também em aparte, cumprimentou a senadora.

Plenário deve examinar projeto que permite o perdão de débitos de pessoas físicas e jurídicas de até R\$ 10 mil vencidos há pelo menos cinco anos

MP que perdoa dívida com a União está em pauta

OS SENADORES PODEM votar a partir de hoje a proposta que altera a legislação tributária para estabelecer novas regras de parcelamento de débitos referentes a tributos federais. Aprovado na Câmara dos Deputados com 170 emendas, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/09, proveniente da Medida Provisória (MP) 449/08, permite a remissão de débitos de pessoas físicas e jurídicas no valor de até R\$ 10 mil, vencidos há pelo menos cinco anos, a contar do dia 31 de dezembro de 2007.

Assinada pelo presidente da República no ano passado, a medida beneficiava originalmente apenas as pessoas físicas e jurídicas com dívidas de até R\$ 10 mil. As dívidas vencidas até 2002 seriam perdoadas, enquanto as demais deveriam ser parceladas em até cinco anos, com desconto de multas e juros. Os deputados, no entanto, decidiram estender os benefícios programados pelo governo.

A nova versão estipula que qualquer outra dívida vencida até 30 de novembro de 2008 poderá ser parcelada em até 15 anos, com redução de multa. A mudança mais polêmica se deu no índice de correção. Em vez de se corrigir a dívida pela taxa básica de juros (Selic, hoje em 11,25% ao ano), a Câmara colocou duas alternativas: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP, hoje em 6,25% ao ano) ou 60% da Selic.

O PLV 2/08 determina que poderão ser parceladas dívidas antigas, já parceladas, ou recentes. O prazo máximo foi fixado em 180 meses e cada prestação não poderá ser inferior a R\$ 50 para pessoa física e a R\$ 100 para pessoa jurídica. No cálculo do débito consolidado, serão oferecidos descontos de 20% a 100% sobre multas e juros de mora.

Segundo o procurador-geral da Fazenda Nacional, Luís Inácio Lucena Adams, a MP original já cancelou 1.857.914 processos administrativos, sendo 422.949 de pessoas físicas e 1.434.965 de empresas. O valor total do perdão das dívidas foi calculado em R\$ 3 bilhões. Em relação aos processos judiciais, foram extintos 322.818.

O teto de R\$ 10 mil fixado para o perdão das dívidas é considerado separadamente com relação a cada tributo, para evitar que um contribuinte aglutine em seu favor – com o objetivo de obter o perdão da dívida – débitos devidos por outro contribuinte. Evita também que o mesmo contribuinte requeira a aplicação da remissão para buscar e beneficiar, com o perdão da

dívida, débitos em nome de terceiros. As mesmas regras valem para as dívidas originárias de operações de crédito rural e do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Propera), transferidas ao Tesouro Nacional.

Segundo o relator da matéria na Câmara, deputado Tadeu Filipelli (PMDB-DF), embora a medida provoque perda de receita, não coloca em risco o equilíbrio do orçamento, pois os valores anistiados são de difícil recuperação e geram enorme custo administrativo para cobrança. A redução da receita é compensada pelos recolhimentos do novo parcelamento proposto para contribuintes inadimplentes, apontou Filipelli.

Mudanças

Os deputados fizeram outras modificações em relação ao texto original da MP. Foi excluído artigo que considerava os chamados cartões de incentivo

como remuneração para fins de tributação pelo Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF). As empresas cedem esse tipo de cartão de crédito para executivos, com vistas ao pagamento de suas despesas pessoais.

Outro artigo da MP retirado no PLV é o que institui cobrança do Imposto

sobre Operações Financeiras (IOF) nos contratos de *leasing* quando o valor financiado for maior do que 75% do custo do bem.

Os produtores de mercadorias de origem vegetal ou animal destinadas à fabricação de biodiesel passam a ter crédito presumido equivalente a 50% das alíquotas devidas da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do PIS/Pasep. O projeto de lei de conversão também amplia de seis para 18 meses o prazo de carência para o estudante começar a pagar empréstimo após a conclusão do curso, alterando, portanto, o Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

Foram incluídos ainda no PLV os plantadores de cana-de-açúcar do Rio de Janeiro. A MP beneficia somente os produtores de cana do Nordeste. O pagamento é limitado a R\$ 5 por tonelada de cana e a 10 mil toneladas por produtor em toda a safra relativa a 2008/09. A subvenção será concedida diretamente aos produtores por meio de suas cooperativas. A União poderá comprar até 5,4 milhões de sacas de açúcar dos usineiros do Nordeste a um custo estimado de R\$ 162 milhões, com base nos preços médios praticados naquela região.

Prazo máximo para o parcelamento de dívidas foi fixado em 180 meses

Governo do DF pode assumir a Defensoria Pública local

Deve ser realizada hoje a segunda sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição que transfere da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter sua Defensoria Pública, como ocorre em todos os estados. De autoria do senador Gim Argello (PTB-DF), a PEC 7/08 modifica três artigos da Constituição.

Com o argumento de que sua proposta visa apenas adequar o texto constitucional à realidade, o senador sustenta que, “materialmente, a União nunca exerceu” sua competência em

relação à Defensoria do DF. Ele observa ainda que coube ao próprio Distrito Federal estruturar o seu Centro de Assistência Judiciária (Ceajur), órgão que hoje atua como defensoria.

Por sua vez, no parecer que apresentou à Comissão de Constituição e Justiça, favorável à matéria, o senador Demostenes Torres (DEM-GO) destaca afirmação de Gim Argello de que não estão mais presentes “as razões históricas fundamentadoras da necessidade de que a União organizasse e mantivesse a Defensoria Pública” da capital federal.



Pauta do Senado inclui propostas referentes a dados sigilosos e exigência de carta de fiança

Mudança em sigilo de dados financeiros

Retorna à pauta de votação do Senado o projeto que especifica os dados financeiros que deixam de ser sigilosos para fins de investigação de ilícito penal.

O projeto de lei complementar (PLS 140/07), que altera a Lei Complementar 105/01, recebeu voto favorável do relator, senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e exige quórum qualificado para ser votado, pois se trata de matéria que complementa ou regulamenta a Constituição federal. Também precisa da maioria absoluta de votos a favor (41 senadores) para ser aprovado em Plenário.

Caso o projeto seja acolhido, deixam de ser sigilosos os dados cadastrais; os que informam em que instituições financeiras e agências a pessoa mantém contas, aplicações ou investimentos e os respectivos números; a capacidade – ou a falta dela –



Demostenes diz que informações são essenciais a órgãos de investigação

financeira ou patrimonial da pessoa para realizar determinadas operações e quantias; os dados sigilosos cuja revelação seja expressamente consentida pelos interessados; e a movimentação financeira em contas bancárias de instituições públicas ou nas quais o poder público detenha a prerrogativa de indicar a maioria dos administradores.

O projeto é de autoria do senador Demostenes Torres (DEM-GO), que o justificou apontando falha na legislação a respeito de uma definição precisa e clara do que é dado sigiloso protegido pela Constituição. Ele assinalou que o legislador, “evitando enfrentar o problema”, adotou a estratégia de prever exceções ao dever de sigilo das instituições financeiras, como no caso da Lei Complementar 105/01. Demostenes Torres argumenta que todas essas informações são fundamentais para os órgãos estatais de investigação criminal.

Proibição de exigência de carta de fiança

O projeto de lei que proíbe a exigência de carta de fiança aos candidatos a emprego pode ser votado hoje pelo Senado. O objetivo do projeto (PLC 103/05) é impedir que os empregadores obriguem seus funcionários a assumir a responsabilidade por determinados prejuízos que possam decorrer de seu trabalho. De acordo com o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), essa prática é comum nos postos de gasolina, que exigiriam a carta de fiança para atribuir aos frentistas a culpa por eventuais recebimentos de pagamentos com cheques sem fundos.

O autor da proposição original é o deputado federal Paulo Rocha (PT-PA). Já Eduardo Azeredo foi o autor do voto favorável à matéria, aprovado em 2006 na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Em seu relatório, Azeredo argumenta que “o frentista, na sua humildade, não



Eduardo Azeredo quer evitar “constrangimento a mais humildes”

tem condições, muitas vezes, de avaliar a validade dos documentos e a idoneidade do comprador [que emitiu o cheque sem fundos]”. Em sua opinião, a exigência de carta de fiança, nesses casos, é “um constrangimento para os mais humildes”.

A proposta foi aprovada pelo Senado em 25 de março, em primeiro turno, e aguarda votação em turno suplementar. Se a aprovação se confirmar,

a matéria retornará à Câmara para novo exame, pois foi modificada no Senado.

Uma dessas alterações refere-se à indenização a ser cobrada do empregador que exigir a carta de fiança: três vezes o salário do funcionário. O texto atual, porém, mantém a determinação de que “é vedada a exigência, a qualquer título, de carta de fiança aos candidatos a emprego sob regime da legislação trabalhista”, conforme previa o projeto original de Paulo Rocha.

Além da ampliação do uso do Fundo de Garantia para compra de moradia, atualmente restrito ao Sistema Financeiro da Habitação, a CCJ analisa hoje proposta que reduz para 65 anos a idade em que o voto deixa de ser obrigatório. Amanhã a comissão aprecia projeto que responsabiliza o Estado pela proteção a testemunhas

FGTS poderá ser usado para pagar imóvel financiado por fundo de pensão

QUEM FINANCIÁ IMÓVEL por meio de fundos de pensão – entidades fechadas de previdência complementar – poderá passar a utilizar recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para abater saldo devedor. A proposta, do senador Paulo Paim (PT-RS), recebeu parecer favorável de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 68/04) acrescenta inciso ao artigo 20 da lei que trata do FGTS (Lei 8.036/90) para permitir a operação, já que atualmente a utilização dos recursos do Fundo de Garantia para aquisição de moradia só é permitida pelo Sistema Financeiro de Habitação.

Após a votação na CCJ, a proposta será apreciada pelo Plenário do Senado.

Crime contra policial

A CCJ deve apreciar também, na reunião de hoje, emenda da Câmara dos Deputados a projeto do Senado (PLS 32/99) que cria circunstância agravante para casos de crimes cometidos contra policial civil ou militar,

membro do Ministério Público ou magistrado no exercício da função ou em razão dela.

A emenda retira do texto a expressão “civil ou militar”, de forma a abranger todos os policiais. A relatora da proposta na CCJ, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), apresenta parecer favorável à alteração.

Em seu parecer, Ideli afirma que “a redação sugerida pela emenda abraça todos os policiais, inclusive solucionando eventuais dúvidas quanto à sua aplicabilidade no que se refere aos crimes praticados contra policiais federais”.

Após a votação na CCJ, a proposta será apreciada pelo Plenário do Senado.

A comissão também deve analisar proposta de emenda à Constituição (PEC 34/04) que reduz de 70 para 65 anos de idade a obrigatoriedade do alistamento eleitoral e do voto. A proposta, cujo primeiro signatário

é o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), obteve parecer favorável do relator, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

O parlamentar ressalta, em seu relatório, que “nada justifica a manutenção do atual limite de 70 anos para a obrigatoriedade do voto e do alistamento eleitoral na Constituição federal se a própria Lei Maior adota a idade de 65 anos para fins de promover tal discriminação positiva no âmbito previdenciário e social”.

Depois da CCJ, a matéria será ainda apreciada em Plenário.

Os trabalhos da comissão ocorrem normalmente às quartas-feiras, mas como a última reunião, realizada dia 1º, foi suspensa antes de concluídos os itens em pauta, o presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), decidiu dar continuidade hoje às votações pendentes e manteve a reunião ordinária para amanhã.



CCJ tem em pauta alteração feita pela Câmara em projeto do Senado que agrava pena para crime cometido contra policial, procurador ou magistrado

Projeto cria recompensa para informante da Justiça

A pessoa que se dispuser a fornecer informações relevantes para inquéritos sobre crimes hediondos, de terrorismo, tortura, tráfico de drogas, contrabando de armas ou atos de improbidade administrativa será protegida pelo Estado e recompensada pecuniariamente. Isso é o que estabelece o PLS 228/06, apresentado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Correios, que consta da pauta da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto, que tramita em caráter terminativo na comissão, inclui, no âmbito do Direito Processual Penal, o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público. O texto recebeu voto favorável do relator, César Borges (PR-BA). O senador sugere, em uma emenda, que seja



César Borges relata projeto que cria Programa de Incentivo a Revelações

10% sobre os valores vertidos aos cofres públicos em função da denúncia ou o mesmo percentual do valor total do produto do crime, quando for o caso de contrabando ou tráfico de drogas.

Prisão especial

Também está na lista de matérias sob apreciação da CCJ o PLS 50/07, que tem intenção semelhante à do PLC 111/08, aprovado semana passada pelo Plenário, e que visa retirar da legislação brasileira o instituto da prisão especial para quem possui diploma de nível superior. O PLS 50/07, do senador Expedito Júnior (PR-RO), exclui esse direito não apenas do Código de Processo Penal, mas também do Código de Processo Penal Militar e conta com voto favorável do relator, Demostenes Torres (DEM-GO).

Prevenção de doenças na infância pode ser priorizada

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) poderá votar amanhã projeto que define práticas preventivas e normas para atendimento médico de crianças e adolescentes no âmbito dos planos e seguros privados de saúde.

A proposta, sugerida pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), foi apresentada por Patrícia Saboya (PDT-CE). A senadora destaca, na justificativa da proposta, que, conforme estudos epidemiológicos, “a prevenção é a maior parte das doenças que acometem a população adulta na atualidade deve ser feita na infância”. Por isso, o objetivo é que a medicina preventiva passe a ser prioridade no atendimento de crianças e adolescentes.

A prevenção de doenças, ainda segundo Patrícia, poderá



Projeto de Patrícia define normas para planos de saúde que atendem crianças

representar uma economia para o Sistema Único de Saúde (SUS), já que as medidas resultarão em redução das internações hospitalares, bem como a diminuição da necessidade de procedimentos diagnósticos e terapêuticos para crianças e adolescentes.

O projeto, que recebeu substitutivo do relator na CDH, Mão Santa (PMDB-PI), ainda

será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na qual pode receber decisão terminativa.

Também está na pauta da CDH o PLS 738/07, de Romeu Tuma (PTB-SP), que obriga empresas públicas e privadas a fazerem adaptações necessárias à acessibilidade de pessoas com necessidades especiais ou que possuam mobilidade reduzida. O relator, Flávio Arns (PT-PR), apresentou substitutivo ao projeto prevendo multa de 20 a 200 salários mínimos para as empresas que não executarem as adaptações. A proposta receberá decisão terminativa da CDH.

Outro item da pauta é o requerimento de José Nery (PSOL-PA) que torna permanente a Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, que funciona no âmbito CDH, mas de modo temporário.

CRA realiza novo debate sobre Plano Safra

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) volta a discutir hoje, em audiência pública, a antecipação do Plano Safra para o período 2009/10, conjunto de políticas do Poder Executivo destinadas ao agronegócio, que poderá prevenir a liberação de até R\$ 100 bilhões

para o biênio. A comissão debateu o assunto em reunião realizada na terça-feira passada. A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) apresentou requerimento para a realização de uma nova rodada de discussão. A comissão vai analisar especificamente o endividamento do setor agrícola.

Foram convidados para a audiência o diretor de programas do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt; o diretor de Fiscalização do Banco Central, Alvir Alberto Hoffman; e o secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag),

Antoninho Rovaris. A senadora Kátia Abreu é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e participa da audiência representando a entidade. O debate está marcado para as 9h30, na sala 7 da Ala Alexandre Costa.



Comissão vai discutir antecipação do plano do Executivo para o agronegócio no biênio 2009/2010, que prevê R\$ 100 bilhões, com representantes do Ministério da Fazenda, BC, Contag e CNA

Comissão debaterá classificação de documentos

A Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno do Senado volta a se reunir hoje, às 14h, para deliberar, entre outros assuntos, sobre a classificação de documentos encaminhados à Casa. De acordo com proposta a ser votada no colegiado, o caráter ostensivo ou sigiloso do material deverá ser definido por comissão técnica de servidores, que, no segundo caso, poderá enquadrá-lo nos seguintes graus de sigilo: ultrassecreto, secreto, confidencial ou reservado.

A decretação do grau de sigilo será feita pelo presidente do Senado, após ouvir a Mesa, se o documento for considerado ultrassecreto. Nos demais casos, a medida também poderá ser baixada por presidente de comissão da Casa.

Ficarão sujeitos à classificação automática como ultrassecretos os documentos oriundos de

sessões plenárias secretas convocadas para deliberar sobre declaração de guerra ou celebração de paz e sobre trânsito ou permanência temporária de forças estrangeiras no território nacional. Já os documentos oriundos de reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) destinada à escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente receberão automaticamente a chancela de “secreto”.

Acesso restrito

O acesso a documentos sigilosos ficará restrito, ainda segundo proposta de reforma do regimento, a parlamentar em exercício ou a servidor, em

razão do ofício; às comissões parlamentares de inquérito; ou a qualquer pessoa, por decisão judicial. Fica estabelecido ainda que toda pessoa que tomar conhecimento de documento sigiloso se torna responsável pela manutenção do segredo.

Presidida por Marco Maciel (DEM-PE), a Comissão de Reforma do Regimento Interno deverá analisar ainda mudanças relativas a quórum, modalidade e processamento de votação, urgência na apreciação de matérias e apresentação de questão de ordem. A comissão tem como vice-presidente o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e como relator Gerson Camata (PMDB-ES).

Regimento pode prever que grupo de servidores definirá caráter ostensivo ou sigiloso de material

CPI das ONGs analisa convocação da mulher de Paulinho da Força

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades na liberação de recursos para organizações não governamentais (CPI das ONGs) deve votar 43 requerimentos na reunião marcada para hoje, às 10h, entre eles o que convoca Elza de Fátima Costa Pereira para prestar esclarecimentos sobre o envolvimento da ONG Meu Guri no esquema de liberação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social (BNDES), objeto da Operação Santa Tereza, da Polícia Federal.

Elza é mulher do deputado federal Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho da Força Sindical, que é fundador da ONG Meu Guri. Denúncias revelam que o BNDES liberou, a título de doação para a entidade, R\$ 6 milhões. A Polícia Federal suspeita que Paulinho e a mulher tenham se beneficiado de parte do dinheiro.

A maioria dos requerimentos na pauta da CPI pede a quebra dos sigilos bancário e fiscal de diretores de ONGs e de entidades oficiais, incluindo a Fundação Universitária de Brasília (Fubra).

Finatec

O presidente da CPI, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), anunciou a disposição de priorizar as investigações sobre a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), ligada à Universidade de Brasília (UnB). A Finatec ficou conhecida após denúncias, veiculadas pela imprensa, de uso de recursos destinados à pesquisa científica na compra de móveis de luxo para o apartamento do então reitor da UnB, Timothy Mulholland. A fundação também está sendo investigada pelo Ministério Público por supostas irregularidades no repasse de recursos.

Comissão vota pedido de auditoria sobre gastos com cartões em 2009

Requerimento da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de auditoria sobre os gastos com cartões corporativos por parte da Presidência da República, no primeiro trimestre de 2009, será votado hoje pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), às 11h30.

– A imprensa noticiou recentemente que, somente nos 70 dias entre 1º de janeiro e 11 de março de 2009, a Presidência da República despendeu, mediante cartões corporativos, R\$ 2,785 milhões, valor este superior a 405,8% ao que foi desembolsado em todo o primeiro trimestre de 2008 – argumenta a senadora.

Outro requerimento de Marisa Serrano que será analisado pela CMA pede ao Tribunal de Contas da União o relatório final de inspeção iniciada em 2006 com o

propósito de avaliar concessões de diárias a colaboradores eventuais, bem como contratos de repasse entre o Inbra no Distrito Federal e os ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Trabalho com a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), além das prestações de contas. Essa entidade é ligada ao Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST).

Amazônia Legal

Também deverá ser votado requerimento do senador João Pedro (PT-AM) solicitando audiência pública para debater a Medida Provisória 458/09, que trata da regularização de ocupações de terras da União na Amazônia Legal.

A MP autoriza a transferência, sem licitação, de terrenos com até 1,5 mil hectares na região a quem esteja em sua posse antes de dezembro de 2004.

Ex-ministro do STJ torna-se novo vice-reitor acadêmico da Unilegis

O ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), desembargador aposentado do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região e jurista Carlos Fernando Mathias de Souza toma posse hoje como vice-reitor acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), a convite do presidente José Sarney. Mathias de Souza substituiu Vânia Maione Alves Nina.

A cerimônia será no auditório Antonio Carlos Magalhães do Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo – às 10h30. Especialista em Direito Público, Mathias de Souza graduou-se em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Direito, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tem pós-graduação pela UERJ,

pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e pelo Centro Studi per l’America Latina (Ceisal), Itália, nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas e de Direito.

Aposentou-se recentemente do cargo de desembargador do TRF da 1ª Região. De agosto de 2007 a março último, foi ministro do STJ. Recebeu mais de 28 prêmios e títulos de instituições públicas e privadas brasileiras e estrangeiras, entre os quais a Medalha do Mérito Professor Santiago Dantas, da Associação Nacional dos Procuradores Federais (ANPF), e o título de Grande Oficial da Ordem ao Mérito da República Italiana, concedido pelo governo da Itália, ambos em 2002. Na área de Direito, Mathias de Souza publicou a obra *Direito Autoral*, de 1980.

Estudantes entregam carta ambiental

As comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) recebem hoje o documento intitulado “Carta de Responsabilidades para Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais”. A carta é resultado da 3ª Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, realizada nos ministérios da Educação e de Meio Ambiente. O evento reuniu cerca de 700 delegados, estudantes entre 11 e 14 anos de idade, eleitos em conferências estaduais, para debater a educação ambiental e os desafios produzidos pelas mudanças climáticas.

Foram convidados a participar da entrega do documento às comissões os presidentes de duas comissões da Câmara dos Deputados: Maria dos Rosários (PT-RS), da Comissão de Educação e Cultura, e Roberto Rocha (PSDB-MA), da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, além do coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Sarney Filho (PV-MA).

Audiência pública debate hoje na CAE consequências da redução dos recursos do FPM para as prefeituras em decorrência da isenção de IPI para automóveis

Senado busca saída para a crise das prefeituras

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) realiza audiência pública hoje, às 11h, para debater a redução dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e as suas consequências para as prefeituras.

Senadores de diversos partidos têm advertido que a decisão do presidente Lula de isentar veículos da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) reduziu pesadamente os repasses do FPM, levando algumas prefeituras a receber em março valores bem abaixo dos meses anteriores. O FPM é formado por 23,5% da arrecadação do IPI

e do Imposto de Renda.

Deverão estar presentes ao debate a secretária da Receita Federal, Lina Maria Vieira; o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski; o presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, João Paulo Lima e Silva; e a deputada Rose de Freitas (PMDB-ES).

Também estará em debate a Medida Provisória 457/09, que autoriza a renegociação de dívidas das prefeituras com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com parcelamentos em até 20 anos. A deputada Rose de Freitas é a relatora da

MP, que teve elevado número de emendas de deputados e senadores. Um dos pontos mais visados pelas emendas é o índice que corrige as dívidas. A MP 457/09 prevê a taxa básica de juros (taxa Selic, hoje em 11,25% ao ano), enquanto os parlamentares reivindicam a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP, em 6,25% ao ano).

O presidente da CAE, Garibaldi Alves (PMDB-RN), convocou a audiência atendendo a requerimentos de Cícero Lucena (PSDB-PB), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Garibaldi quer melhorar distribuição de recursos

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu ontem, da tribuna do Senado, a realização de um novo pacto que distribua melhor os recursos e as responsabilidades entre os entes que formam a federação brasileira. A seu ver, a efetivação desse pacto deve ser realizada por meio de uma profunda reforma tributária, oportunidade em que o Congresso Nacional poderia aprimorar e racionalizar a arrecadação fiscal e a distribuição de recursos entre a União, os estados, o Distrito Federal e

os municípios. A proposta de Garibaldi busca encontrar uma solução para a redução dos recursos que os municípios vêm recebendo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O senador destacou que em março os repasses do fundo somaram R\$ 2,63 bilhões, o que significa uma redução de 16,4% em relação ao mesmo período de 2008. Ele observou que 75% a 80% dos municípios do Norte e do Nordeste dependem exclusivamente do FPM para suas receitas.



Gerardo Magela

Garibaldi: "situação aterradora" exige que governo encontre solução logo

– Os municípios estão enfrentando uma situação realmente aterradora, que vai exigir que o governo federal encontre uma solução, a mais breve, a mais urgente possível – afirmou Garibaldi

Marconi defende manutenção de repasses

A criação de um estabilizador automático das transferências dos fundos de participação é uma das soluções que o PSDB defende como forma de compensar os impactos da recessão econômica sobre as receitas de estados e municípios. Como explica o senador Marconi Perillo (PSDB-GO), a medida envolve apressar a aprovação, no Congresso, de projeto que se destina a assegurar a cada ente federativo o repasse mensal, de 2009 a 2010, de cotas ao menos iguais ao valor corrigido da parcela paga no mesmo mês de 2008.

– Essa seria uma medida importante para que prefeituras e estados possam ter uma pre-



J. Freitas

Marconi Perillo: "Muitas prefeituras estão fechando as portas"

visibilidade de planejamento de suas ações nesse momento difícil – justifica.

A proposta autoriza o governo a utilizar, como fonte de recursos para os repasses compensatórios, receitas da Desvin-

culação dos Recursos da União (DRU) ou mesmo a emitir títulos da dívida pública. O projeto já foi apresentado à Câmara como resultado de ação conjunta do PSDB e mais dois partidos de oposição, o DEM e o PPS.

Dos quase 5.600 municípios do país, segundo Marconi, mais de 4 mil enfrentam "situação crítica". Desde janeiro, com a forte queda na arrecadação de tributos, os repasses do FPM despencaram.

– Muitas prefeituras estão fechando as portas, por não terem mais condições mínimas de continuarem prestando os serviços essenciais às suas populações – disse Marconi Perillo em entrevista à Rádio Senado.

Crivella propõe limite de 30 quilos para sacos de cimento

Para limitar o peso dos sacos de cimento a, no máximo, 30 quilos e, assim, "proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores da construção civil", Marcelo Crivella (PRB-RJ) apresentou uma emenda à medida provisória que criou o programa de habitação Minha Casa, Minha Vida. Hoje, o limite estabelecido pela legislação é de 60 quilos.

– Por que as embalagens no Brasil são tão pesadas? Porque nossa legislação trabalhista é da década de 1940. Pedreiros, carpinteiros ou serventes terão imensas dificuldades para transportar um saco com 50 ou 60 quilos aos 65 anos, ou até antes,



Gerardo Magela

Crivella quer reduzir o peso carregado por trabalhadores da construção civil

aos 50 ou 55 anos – disse.

A emenda à MP 459/09, assinalou, adapta a legislação às recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Paim destaca ato contra fator previdenciário

Paulo Paim (PT-RS) relatou sua participação em ato público ocorrido em Osasco (SP), onde debateu com centenas de pessoas o fim do fator previdenciário, o reajuste de aposentadorias e pensões de acordo com o salário mínimo, conforme estabelecem os projetos de lei 3.299/08, 1/07 e 4.448/08. As propostas, de autoria do senador, já foram votadas pelo Senado e agora tramitam na Câmara.

Paim disse que o movimento reúne trabalhadores, aposentados e pensionistas, e pretende pressionar os deputados para que votem essas



Gerardo Magela

Paim relata manifestação contra voto secreto e em defesa dos aposentados

matérias, além da Proposta de Emenda à Constituição 24, que impede o uso dos recursos da Seguridade Social em outros fins, e da PEC 50, que acaba com o voto secreto.

Paim ainda lamentou a morte do ex-deputado e jornalista Márcio Moreira Alves e lembrou que, em 1968, os deputados federais se recusaram a cassá-lo a mando do regime militar.

Raupp pede desoneração fiscal para indústrias de alimentos

A adoção de medidas que promovam a desoneração fiscal para as indústrias do setor de alimentos foi defendida por Valdir Raupp (PMDB-RO). O senador tachou de "perversamente alto" o peso dos tributos na formação dos preços de alimentos. No caso de carnes, frutas e legumes, lembrou, os tributos representam, em média, 12% do preço final.

– E o mais grave é que essa tributação se mostra fortemente regressiva, porque atinge com muito mais rigor e inclemência as camadas mais pobres da população – disse ele, afirmando que, enquanto em famílias com renda mensal superior a 32 salários mí-



Gerardo Magela

Raupp: tributos têm peso muito alto na formação dos preços de alimentos

nimos os tributos incidentes sobre a alimentação representam 0,9% dos dispêndios totais, para aquelas com ganhos abaixo de mil reais o gasto é de 3,1%.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Marconi Perillo

2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko

1º Secretário: Heráclito Fortes

2º Secretário: João Vicente Claudino

3º Secretário: Mão Santa

4º Secretário: Patrícia Saboya

Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Mão Santa • Paulo Paim

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Senador critica atuação do Inbra na distribuição de terras no Pará

Flexa Ribeiro quer critério técnico na reforma agrária

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), em discurso ontem, cobrou mais rigor e controle no programa de concessão de terras do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra) no Pará. Para ele, é necessário que se faça a reforma agrária de maneira pacífica e legal, e não pressionada por movimentos rurais, como o chamado "abril vermelho", que convocou uma série de invasões na região.

– Somos a favor da reforma agrária dentro da lei e de critérios técnicos. Não podemos aceitar que queiram fazer reforma agrária na marra, como pretendem esses movimentos marginais – afirmou.

Flexa Ribeiro mencionou a importância do controle na distribuição de terras. Segundo o senador, há pelo menos mil áreas invadidas no Pará, sendo que mais de cem já têm mandado de reintegração de posse expedido pela Justiça não executados pelo governo local.



Escoamento de 200 mil toneladas de grãos corre risco, alerta Mão Santa

Mão Santa aponta más condições de estrada no Piauí

Em pronunciamento feito ontem, o senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou matéria do jornal *Diário do Povo*, segundo a qual as péssimas condições de tráfego da BR-235 poderão comprometer o escoamento da produção de 200 mil toneladas de grãos de soja e milho no Piauí.

De acordo com o jornal, o problema é mais grave na região da Serra das Guaribas, o que vem causando apreensão aos produtores rurais locais, que cultivam soja, milho e algodão em uma área aproximada de 70 mil hectares.

– Os agricultores estão no limite do desespero. Lamentam a falta de apoio do governo em projetos de melhoria da infraestrutura. A estrada é um atoleiro só. Os prejuízos dos agricultores são incalculáveis, com encalhe, perdas, avaria na produção, dano de manutenção com os veículos e gasto extra de combustíveis – afirmou.

"Situação precária" da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural é apontada por senadora como um dos gargalos enfrentados pelos produtores no estado

Serys: agricultura familiar vive "estado de abandono" em MT

AO AFIRMAR QUE a agricultura familiar de Mato Grosso encontra-se em "estado de abandono" e precisa de apoio, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu ontem a recuperação da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer), companhia de economia mista cujo acionista majoritário é o governo estadual.

– Um dos grandes gargalos enfrentados pela agricultura familiar mato-grossense é a situação precária da Empaer – afirmou.

A senadora disse que, embora a Empaer esteja presente em quase todos os 141 municípios do estado, com 127 escritórios locais e seis distritais, o atendimento da instituição aos pequenos produtores "é cada vez mais capenga".

Na avaliação de Serys, isso ocorre porque falta articulação entre



Serys sugere "remover gargalos" no diálogo do estado com a União

as atividades da empresa com as dos "demais setores da administração". Também apontou, entre as causas do problema, a precária manutenção das estruturas físicas e a falta de renovação de seus quadros técnicos. Citando dados apresentados pela instituição, Serys observou que a Empaer empregava 868 servidores em 1995,

mas, no início deste ano, contava com 566 funcionários.

– É preciso aumentar o número de técnicos e, para evitar a fuga desses profissionais, melhorar o nível de seus salários – frisou.

A senadora afirmou que, para resolver a questão, "é preciso descobrir onde está o gargalo que impede um melhor diálogo entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário do governo Lula e a Secretaria de Agricultura do governador Blairo Maggi".

Serys contrastou ainda a situação da agricultura familiar em Mato Grosso com a do agronegócio de grande porte nesse mesmo estado. Ela salientou que os resultados positivos alcançados por estes últimos "concentram-se nos grandes negócios da lavoura e não beneficiaram, com todo o impacto que deveriam, a pequena produção".

Mesquita Júnior cobra melhorias para a população rural do Acre

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) fez ontem um relato sobre as condições de vida das populações rurais do Acre, alertando para as carências em diversas áreas, principalmente a da educação. Segundo o senador, também é grave a falta de apoio à produção agrícola.

– As pessoas estão ali, dando um duro danado, trabalhando, muitas vezes, contra tudo e contra todos. Mas o Brasil, onde ao final do ano apuram-se quebras de recordes de safras, tem, principalmente do ponto de vista do poder público, quase um preconceito contra as pessoas que vivem no campo – protestou o senador.

Mesquita Júnior mencionou o "exemplo abnegado" do vereador Zenil, do município de Sena Madureira (AC), que organizou um seminário com cerca de cem professores da zona rural, mas

que não contou com a presença de muitas autoridades convidadas – tanto municipais quanto estaduais. O evento tratou de temas objetivos como uniforme, saúde e material escolar.

– As escolas no campo são barracos caindo em cima das crianças, e as condições de vida dos próprios professores, como a dos alunos, é terrível – observou, mencionando a falta de material escolar, os baixos salários dos professores e os contratos de trabalho precários a que estão submetidos.

De acordo com o parlamentar, um dos resultados do encontro foi a reivindicação de que esses alunos também recebam o *kit* escolar, composto de uniforme, material e merenda. Com relação a este último item, ele afirmou que é providenciado pelos próprios professores, que ainda são responsáveis pela limpeza da



Mesquita Júnior: poder público tem preconceito contra homem do campo

escola.

Feira

Mesquita Júnior referiu-se também à feira do peixe organizada pela prefeitura de Bujari, próximo a Rio Branco, como parte das comemorações da Semana Santa. Conforme o senador, embora singela, a iniciativa "tem peso e significado muito grande" para Bujari.

O local tem cerca de 80 produtores de peixe. A expectativa é que 500 toneladas sejam comercializadas por ano. Somente na feira, espera-se a venda de cem toneladas.

Mário Couto denuncia empobrecimento do Pará



Couto afirma que "acabaram com a economia do Pará" e pede apoio a Lula

e um dos maiores destinos turísticos do país, porém, está sendo mergulhado no caos porque suas mineradoras, uma das maiores fontes de geração de emprego, foram fechadas. Ele acrescentou ainda que foram fechadas empresas madeireiras que, conforme observou, trabalhavam seriamente, dentro da lei.

– Eu disse que estavam fechando as madeireiras sérias. Misturaram regularidade com irregularidade e fecharam essas madeireiras. Acabaram com a economia do meu estado e desempregaram mais da metade da população; essa é a grande realidade, e o meu Pará entra no caos.

Mário Couto pediu ao presidente Lula que vá ao Pará para ver a situação real em que o estado se encontra. Afirmou que, apesar de adversário político da governadora Ana Júlia Carepa, quer que o estado tenha melhor desempenho econômico. Para isso, solicitou que presidente Lula "dê uma mão" à governadora.

– O estado do Pará é um estado exportador, produz riquezas, ele não pode ser abandonado.



Mozarildo lembra ação dos maçons na história

Maçonaria homenageia Forças Armadas

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou homenagem prestada em 30 de março pela Maçonaria do Distrito Federal às Forças Armadas. A solenidade, realizada em Brasília, contou com a presença de mais de 4 mil pessoas, em sessão na qual se homenageou também o ex-deputado Márcio Moreira Alves, que veio coincidentemente a falecer três dias depois.

O senador pediu a transcrição do discurso feito pelo grão-mestre do Grande Oriente do Distrito Federal, Jafé Torres, assim também como do proferido pelo comandante da Marinha, almirante-de-esquadra Júlio Soares de Moura Neto, em nome das três Forças. Ele leu trechos de ambos os discursos.

Lojas

Mozarildo homenageou o Grande Oriente do Distrito Federal, que completa 38 anos no próximo dia 21. A entidade, fundada por 13 lojas em 1971, hoje congrega 71 lojas maçônicas do DF, que juntas somam 2.500 membros. É subordinada ao Grande Oriente do Brasil, fundada em 17 de junho de 1822, "com o objetivo de congregar sob um único comando as lojas maçônicas então existentes e promover a independência política do Brasil".

O senador mencionou o escritor Tristão de Athayde, para quem "nada de importante ocorreu neste país que não tivesse as mãos firmes da Maçonaria". Mozarildo citou, entre esses acontecimentos, a Regência, o Dia do Fico, a Independência, a libertação dos escravos e a Proclamação da República.

Paim lamenta a morte de Márcio Moreira Alves

Paulo Paim (PT-RS) apresentou ao Plenário requerimento de voto de pesar pela morte do ex-deputado Márcio Moreira Alves, ocorrida no dia 3, no Rio de Janeiro, em decorrência de acidente vascular cerebral (AVC). Mão Santa (PMDB-PI), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Eduardo Suplicy (PT-SP) também subscreveram o requerimento.

Moreira Alves proferiu na Câmara, em 1968, um discurso em que sugeria boicote às comemorações do 7 de Setembro. O texto foi considerado ofensivo "aos brios e à dignidade das Forças Armadas" pelos ministros militares, que quiseram processar o deputado. O pedido foi negado pela Câmara dos Deputados, o que levou à edição do Ato Institucional 5, que fechou o Congresso e deu poderes absolutos ao regime militar (1964-1985).

Já o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) leu trecho do célebre discurso feito por Moreira Alves e disse que a intenção do deputado naquele momento não era agredir as Forças Armadas, mas defendê-las daqueles que agiam arbitrariamente em seu nome.

Por sua vez, Eduardo Suplicy fez um relato da vida de Márcio Moreira Alves, oriundo de uma família de políticos. Suplicy mencionou em seu pronunciamento a comoção provocada no país pela morte do jornalista e ex-deputado federal.



Jornal cuiabano ficou dois meses sem circular, explicou o senador

Jayme Campos registra volta da Folha do Estado

Jayme Campos (DEM-MT) comemorou o retorno à circulação, no dia 2, do jornal *Folha do Estado*, de Cuiabá. O senador parabenizou a empresária Isabela Brandão, diretora-executiva da publicação desde que seu marido, o jornalista Domingos Sávio Brandão, foi "covardemente assassinado" há seis anos, "quando defendia a sociedade contra o crime" nas páginas do periódico.

O jornal, que está há 14 anos no mercado, teve sua circulação interrompida nos últimos dois meses para reformulação do seu projeto gráfico.

Para o senador, o retorno da publicação "reaviva o caráter democrático e a consciência ativa de uma comunidade".

No mesmo pronunciamento, Jayme Campos solidarizou-se com os municípios pela situação de penúria por que passam, perdendo, segundo ele, até 46% de suas receitas nos últimos meses.

"Como podemos ignorar fato de tal gravidade? São tantos os escândalos que nos sentimos empurrados para o debate de eventual comissão parlamentar de inquérito"

Alvaro: PSDB admite propor CPI para investigar Petrobras

UMA SÉRIE DE escândalos envolvendo a Petrobras está levando o PSDB a discutir a possibilidade de propor uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a administração da empresa, disse Alvaro Dias (PR). A onda de denúncias contra a Petrobras vem de algum tempo, segundo o senador, mas foi impulsionada pelo episódio que ganhou destaque com a Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal: o suposto superfaturamento na construção da refinaria da Petrobras em Pernambuco.

– Como podemos ignorar fato de tal gravidade? É evidente que não podemos ignorar. São tantos os escândalos que nos sentimos empurrados para o debate de uma eventual CPI sobre a Petrobras – disse Alvaro Dias.

O senador informou que o partido vai decidir se adota a CPI como instrumento de investigação ou se opta por outro caminho, mas sem abrir mão de apurar o que está acontecendo na companhia. Ele mencionou



Alvaro diz que onda de denúncias foi impulsionada por caso de refinaria

como exemplo de nova suspeita sobre a Petrobras notícia do jornal *Folha de S. Paulo* que aborda a questão do preço do gás praticado no Brasil e revela a existência de uma espécie de "caixa-preta" da política de preços utilizada para manipular algo em torno de 40% do preço final do gás. O destino dos recursos seria o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O caso está sendo investigado pelo Ministério Público Federal em São Paulo, de acordo com o senador.

Agripino comunica entrega de recibos ao TRE

O líder do Democratas, José Agripino (RN), comunicou que seu partido entregou ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE-RN) os recibos referentes a doações recebidas durante a campanha para as eleições municipais de 2008.

A medida foi tomada devido ao fato de o partido ter sido citado na Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal, como tendo recebido doações irregulares da empreiteira Camargo Corrêa durante a campanha eleitoral.

Agripino foi mencionado na operação por ter recebido R\$ 300 mil da construtora. Segundo ele, contudo, a doação foi legal, conforme comprovado por recibo entregue ao TRE de seu estado e apresentado à Mesa do Senado no mês passado.



Agripino quer afastar dúvidas sobre doação recebida pelo DEM em 2008

– Assim ficam afastadas quaisquer dúvidas sobre a doação que meu partido, e não eu, recebi para gastos nas eleições municipais de 2008 – disse.

O senador relatou visita que havia feito pela manhã ao presidente do Superior Tribunal de Justiça, Francisco Cesar Asfor Rocha. Acompanhado do presi-

Já a revista *Época* circulou no fim de semana com matéria que fala de "um presente de R\$ 178 milhões" obtido por um grupo de lobistas e empresários junto à empresa com a ajuda de um deputado, um ministro e ocupantes de cargo de confiança na estatal brasileira.

Alvaro Dias lembrou ainda a Operação Águas Profundas, da Polícia Federal, que, em 2007, levou 13 pessoas à prisão. Elas eram acusadas de fraudar e superfaturar contratos com a Petrobras. Durante as investigações, os agentes da polícia fazendária do Rio de Janeiro descobriram outro esquema fraudulento, envolvendo empresas de consultoria, prefeituras e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), de acordo com o senador.

Para apurar essa nova vertente, que se tratava, segundo o parlamentar, de um esquema de desvio de dinheiro de royalties do petróleo, a Polícia Federal abriu nova investigação batizada de Operação Royalties.

dente do DEM, deputado Rodrigo Maia (RJ), e do presidente do Partido Popular Socialista (PPS), deputado Roberto Freire (PE), o senador afirmou ter alertado o ministro para a possibilidade de uso político da Polícia Federal por setores do governo federal.

PEC dos municípios

José Agripino ainda anunciou que irá apresentar proposta de emenda à Constituição para determinar a compensação aos municípios dos benefícios tributários concedidos pela União, os quais acarretaram a redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O senador também apresentou voto de pesar pelo falecimento do médico e ex-deputado estadual do Rio Grande do Norte Leônidas Ferreira.

Cristovam defende representação de emigrante

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) contestou críticas feitas nos últimos dias pela imprensa à proposta de emenda à Constituição (PEC 12/05), apresentada por ele, que prevê a representação, na Câmara dos Deputados, dos brasileiros que vivem em outros países. A proposta foi aprovada pelos senadores na semana passada em primeiro turno e, após uma segunda votação, será enviada ao exame da Câmara.

– Leitores escreveram aos jornais afirmando que estávamos criando uma "boquinha" para defender turistas brasileiros. Isso é um equívoco. Temos 3,5 milhões de brasileiros que trabalham duro em outros países, e que enviam ao nosso

país 6 bilhões de dólares por ano – sustentou.

O senador admite que as críticas ao projeto se devem, em parte, ao desprestígio do Congresso Nacional. Lembrou que dezenas de países instituíram a representação de seus trabalhadores que vivem em outros países, citando Itália, França e Portugal.

Cristovam afirmou também ter recebido críticas por haver afirmado, em entrevista a uma emissora de rádio, que os brasileiros poderiam decidir, em plebiscito, se querem continuar com o seu Congresso. O senador pelo Distrito Federal informou, no entanto, que se o plebiscito fosse convocado ele iria para as ruas defender

a manutenção do Poder Legislativo, pois a instituição é fundamental para manutenção do regime democrático.

Moreira Alves

No mesmo pronunciamento, Cristovam Buarque enalteceu o ex-deputado e jornalista Márcio Moreira Alves, que morreu na sexta-feira. Para o parlamentar, trata-se "de um dos raros heróis brasileiros, que um dia subiu à tribuna do Parlamento e fez um discurso sabendo das consequências de seu ato, que talvez levasse ao fechamento do Congresso".

– Mas era um discurso que precisava ser feito. Ele fez a intransigência correta – assinalou Cristovam.



Heráclito diz que 200 mil toneladas se perderam no escoamento da produção

Heráclito critica asfalto usado em estradas do Piauí

Segundo Heráclito Fortes (DEM-PI), as estradas do Piauí encontram-se em situação de calamidade porque estão sendo recuperadas com um tipo de asfalto "que derrete na primeira chuva", o que já provocou, de acordo com ele, a perda de 200 mil toneladas no escoamento da produção agrícola do estado.

O senador também classificou como "fato grave" a decisão do Tribunal de Contas da União de suspender as obras do centro de convenções de Teresina devido a indícios de irregularidades. Heráclito afirmou que o centro foi desqualificado pelo governador do Piauí, Wellington Dias, há três anos, quando este teria dito que o centro "não prestava" e que construiria o melhor da América Latina.

– Ninguém sabe onde está esse projeto. O governador faz uma meia sola no existente e agora as obras estão suspensas por corrupção – criticou.



Suplicy representou o Senado brasileiro em encontro na Guatemala

Encontro debateu estratégias para reduzir pobreza

Eduardo Suplicy (PT-SP) fez ontem à noite um relato de sua participação no encontro latino-americano *Novas Estratégias para Reduzir a Pobreza Extrema*. O seminário foi realizado no dia 1º de abril, na Cidade da Guatemala, capital da Guatemala, com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU).

O objetivo do encontro foi o compartilhamento de experiências de diversos países da América Latina relativas a programas para redução da pobreza extrema, de modo a se obter uma estratégia de longo prazo nesse campo para o continente.

– Foi uma viagem muito bem-sucedida – disse o senador, que teve o papel de orador mais destacado, depois do presidente da Guatemala, Alvaro Colom Caballeros. Representando o Senado, Suplicy falou sobre os programas de transferência de renda empreendidos pelo governo brasileiro.